

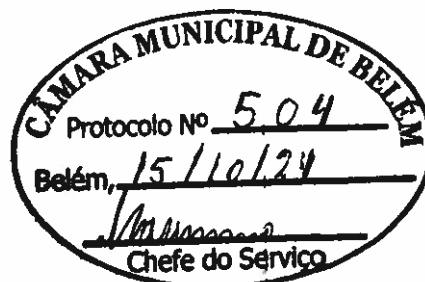
P. Lei 1525/24 - 16/10/24


Presidente

Mensagem nº 019/2024

Belém, 08 de outubro de 2024.

Excelentíssimo Senhor
Vereador John Wayne Holanda Parente
Presidente da Câmara Municipal de Belém



Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Cumprimos, mais uma vez, com o dever constitucional de apresentar para apreciação desse Poder Legislativo, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro do ano de 2025, detalhando as estimativas de receitas e de despesas, conforme os preceitos do Artigo 105, Inciso III, da Lei Orgânica do Município de Belém, amparado pela Constituição Federal.

Com muita alegria e satisfação de dever cumprido, estamos chegando ao término do quarto ano de nosso terceiro mandato, consciente de que pavimentamos o caminho do futuro de uma Belém para todos, ao criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável do município e preparar a cidade para receber a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a ocorrer em novembro de 2025.

A COP30 é um dos eventos mais importantes da atualidade, pois vai pactuar as diretrizes das políticas públicas dos países para o enfrentamento das consequências do aquecimento global, que já afeta toda a humanidade e a natureza. É a oportunidade, também, de se buscar a justiça climática, pois os países que mais contribuem para o aquecimento do planeta são os que menos sofrem os efeitos das mudanças climáticas e, por isso, devem contribuir com mais investimentos para mitigar os impactos negativos sobre os grupos vulneráveis, isto é, a população mais pobre.

Antes de Belém ser confirmada como sede da COP30, já havíamos começado obras decididas pela população no processo de participação cidadã Tá

Selado, as quais vão proporcionar mais qualidade de vida, com o saneamento de grandes áreas periféricas e da gestão de resíduos sólidos, elevando a mobilidade no transporte urbano, proporcionando a inserção econômica e social, com políticas de inovação, empreendedorismo e incentivo à bioeconomia, além dos cuidados básicos com a saúde, investimentos em educação, construção de moradias para as classes de baixa renda, e amparo e assistência às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Não somente transformamos a cidade em um canteiro de obras, com a execução de projetos que vão transformar, radicalmente, a vida da maioria de nossa população, como fomentamos a discussão da necessidade de se cuidar do meio ambiente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservar as florestas, rios e igarapés de nossas bacias hidrográficas, e implementar o mais rapidamente possível da transição energética para mitigar o uso de combustíveis fósseis, danosos à humanidade e à natureza.

Com o apoio desse Poder Legislativo, que concedeu as devidas autorizações, buscamos recursos para os investimentos por meio de operações de crédito junto a instituições bancárias estatais e de fomento internacional. A parceria com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi decisiva na obtenção de repasses para o custeio de obras, assim como a colaboração valiosa da Itaipu Binacional aos disponibilizar R\$ 323,5 milhões para projetos municipais. Paralelamente à captação de recursos, aumentamos a arrecadação própria municipal, com previsão de 10,51% de crescimento até o final de 2024 em relação a 2023.

Assim, criamos as condições necessárias para tocar os programas, projetos e obras que ficarão como legado da COP30 visando a melhoria das condições de vida de nossa população.

Já está em andamento a Revitalização do Complexo do Ver-O-Peso, financiada com R\$ 60,2 milhões pela Itaipu Binacional, que compreende as reformas da Feira do Açaí, dos mercados de Peixe e Carne, da Pedra do Peixe e a dragagem das docas, assim como da Feira Tradicional. A cidade ganhará renovado o seu mais tradicional cartão postal, como espaço econômico, turístico e social.

A Via dos Mercadores -- as avenidas João Alfredo e Santo Antônio --, segue em obras no valor de R\$ 5 milhões da PMB para trazer novamente o charme da Belle Époque ao centro comercial.

Já foi concluída a reforma da Ladeira do Castelo, que margeia o Forte e liga a Feira do Açaí à Praça Frei Caetano Brandão, na Cidade Velha, com recursos municipais de R\$ 1,2 milhão.

Também continuam a reforma do casarão Higson, antigo prédio da Secretaria Municipal de Finanças (Sefin), no Largo das Mercês, com recursos de R\$ 4,7 milhões do convênio com a Itaipu Binacional. Ali será instalado a sede do Distrito de Inovação e Bioeconomia de Belém (DIBB), que além de contribuir para a revitalização do Centro Histórico, será o catalisador no incentivo a inovação tecnológica e negócios voltados para cadeias e atividades da bioeconomia em interface com a economia criativa da Amazônia.

Prosseguem a construção de um galpão e a reforma de outro na área do canal São Joaquim, bairro Sacramento, com investimento de R\$ 17 milhões, e a reforma de mais dois galpões na Av. Bernardo Sayão, no Jurunas, no valor de R\$ 8 milhões, para implantação de Unidades de Valorização de Reciclagem (UVRs). São experiências de gestão de resíduos sólidos, financiadas pela Itaipu Binacional, com destaque para a coleta seletiva em parceria com associações de catadores.

Paralelamente, estamos desenvolvendo projeto de Gestão de Resíduos Sólidos, Educação Ambiental e Inovação em Bioeconomia, numa cooperação técnica e financeira entre a Prefeitura de Belém, a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp/UFPa) e a Itaipu Binacional, com aporte de R\$ 41,8 milhões. Inicialmente, nos próximos dois anos, as ações vão atender 37 bairros de Belém num universo de 1,067 milhão de pessoas.

Grande parte da obra de requalificação do Mercado de São Brás já foi concluída e o prédio principal aberto à visitação pública no dia 18 de setembro. Após a conclusão integral, o Mercado se transformará num espaço turístico, gastronômico, cultural e econômico, com a manutenção dos mais de 300 permissionários, e dispondendo de um estacionamento subterrâneo para cerca de

200 carros, iluminação a LED e à energia solar. É um investimento de R\$ 125,6 milhões com recursos próprios da PMB e da Itaipu Binacional.

O projeto de Parque Urbano e Agroflorestal Igarapé São Joaquim foi destaque na reunião da plataforma UrbanShift, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), nos dias 24 a 27 de setembro, na cidade de Roterdã, Holanda, por apresentar soluções baseadas na natureza. A obra, orçada em R\$ 173,7 milhões com aportes da Itaipu Binacional e da PMB, vai transformar um trecho de 5 quilômetros de extensão do igarapé, entre a Av. Júlio Cesar e a Baía do Guajará, passando pelos bairros Maracangalha, Val-de-Cães, Pedreira, Sacramento, Telégrafo e Barreiro. A área será dotada de espaços de lazer e turístico, de economia circular e solidária, inclusão social e mobilidade ativa, além de hortas comunitárias.

A modernização da Av. Júlio Cesar é outra obra que vai impactar positivamente a mobilidade urbana. A primeira fase de colocação de estruturas de concreto armado para a passagem do igarapé Val-de-Cães, próximo ao aeroporto internacional, já está em andamento. Ainda serão feitos o alargamento do elevador Daniel Berg sobre a Av. Pedro Álvares Cabral, a construção da estação de passageiros do transporte coletivo do aeroporto, o recapeamento asfáltico, faixa preferencial para ônibus, sinalização horizontal e vertical, ciclovias e calçadas.

As obras de duplicação da avenida Bernardo Sayão estão em pleno andamento. O projeto foi dividido em quatro etapas. A primeira etapa vai da Rua dos Mundurucus até a Travessa Quintino Bocaiúva, com orçamento de R\$ 76,6 milhões. A conclusão desse trecho está prevista para fevereiro de 2025.

A segunda etapa, da Rua Fernando Guilhon à travessa Quintino Bocaiúva, orçada em R\$ 53,9 milhões, será concluída em dezembro de 2025.

As duas primeiras etapas, com orçamento total de R\$ 130,6 milhões são financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A terceira etapa, da Travessa Quintino Bocaiúva até a Av. Alcindo Cacela, ao custo de R\$ 98,2 milhões, contará também com o Canal de Descarga da Sub-bacia 2, localizado na Travessa Quintino Bocaiúva.

Por sua vez, a quarta etapa, da Avenida Alcindo Cacela à Avenida José Bonifácio, com orçamento de R\$ R\$ 94.5 milhões, terá ainda o Canal de Descarga da Sub-bacia 3, localizado na Av. Bernardo Sayão.

As terceira e quarta etapas têm orçamento total de R\$ 192.7 milhões financiados pelo Governo Federal.

A estimativa é de que todas essas obras gerem 1.460 empregos e beneficiem cerca de 1 milhão de pessoas de toda a cidade, especialmente aquelas que residem nos bairros Jurunas, Condor, Cremação e Guamá.

Cada um desses projetos municipais são acompanhados por Comissão de Fiscalização (Cofis), composta de moradores do entorno das obras. É uma forma democrática da população monitorar os gastos públicos e a qualidade do serviço.

Mesmo diante das limitações de receita e as crescentes demandas de nossa população, estamos cumprindo com o projeto de governo priorizando o atendimento às necessidades apresentadas e decididas pelas cidadãs e cidadãos, da cidade e das ilhas, no processo permanente de participação popular Tá Selado.

Senhoras e senhores vereadores

A presente proposta considera os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO nº 10.056/2024 de 01/08/2024) para o exercício de 2025, compreendendo o Orçamento Fiscal, no que se refere aos poderes públicos e fundos municipais, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo poder público, como também o Orçamento da Seguridade Social, reunindo os órgãos da administração direta e indireta ligados aos setores saúde, assistência social e previdência social.

A estimativa total de Receita para 2025 é de R\$ 5.624.542.830,00, compreendendo os montantes previstos de R\$ 4.418.038.913,00 para o Orçamento Fiscal e de R\$ 1.206.503.917,00 ao Orçamento da Seguridade Social.

As referidas estimativas consideram a realidade econômica e fiscal do município e do país, assim como o desempenho da arrecadação própria e das transferências constitucionais até o mês de agosto de 2024. Também, observam as estimativas dos principais indicadores econômicos calculados pelo Ministério da Fazenda do Brasil, particularmente, os índices de inflação medidos pelo IPCA de 3,30%.

Para o Orçamento da Seguridade Social de 2025, o valor estimado não comporta a totalidade das despesas previstas dos órgãos da área de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Nesse caso, será preciso uma complementação por parte do Orçamento Fiscal na ordem de R\$ 1.078.094.076,00

Quanto à receita transferida pela União, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a Decisão Normativa nº 207-TCU, de 22/11/2023, determina os coeficientes a serem utilizados para cálculo da referida receita. Com isso, a previsão do total a ser transferido em 2025 é de cerca de R\$ 936.422.128,00 com base no percentual de 4,20% (o mesmo de 2024), mas sem o desconto constitucional de 20% para o Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Já a estimativa de repasse da cota-parte do ICMS para 2025 é do montante de R\$ 611.252.998,00 também sem o devido desconto constitucional de 20% para o FUNDEB. Esse valor tem como base a alíquota de 10,67%, constante do Decreto Estadual nº 4.019/2024, de 28 de junho de 2024, considerando a expectativa de arrecadação do Governo Estadual. O referido percentual demonstra crescimento de 32,05% acima dos 8,08% fixado em 2024, de acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefa).

Mesmo considerando essa elevação percentual na cota-parte do ICMS devida ao Município de Belém, em relação a 2023 (7,55) e 2024 (8,08) os valores estimados para 2025 continuam abaixo dos índices fixados no anos de 2022 (11,07%), 2021 (13,45%) e 2020 (14,33%).

A redução de recursos transferidos impõe a Belém consideradas perdas de receitas por causa dessa má distribuição, o que limita a capacidade de investimento do Executivo municipal.

A previsão da Receita própria do Município considera o desempenho da arrecadação dos últimos dois exercícios financeiros e da realizada até agosto de 2024, junto aos órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal.

O esforço e a capacidade da máquina arrecadadora municipal tem elevado a cada ano as nossas receitas próprias, sem onerar as finanças dos contribuintes. O crescimento estimado em 2024 é de 10,51% em relação ao ano anterior e, para 2025, a elevação é de 11,12% em comparação a 2024.

A Despesa

As projeções para o conjunto de Despesas Municipais leva em conta as variáveis correspondentes aos diversos indicadores econômicos compatíveis aos gastos, dentre os quais, a variação do salário-mínimo e o cálculo da dívida pública municipal, considerando os contratos de financiamentos.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais para o ano de 2025, estima o percentual de 44,56% de comprometimento na Receita Corrente Líquida (RCL), significando responsabilidade com os gastos para o equilíbrio Fiscal do Município.

No caso específico dos Precatórios Judiciais, o valor consignado neste Projeto de Lei do Orçamento de 2025 tem como base o § 5º, do Art. 100, da Constituição Federal e os dispositivos legais sobre a matéria.

É importante destacar, na questão da Despesa, o alto nível de vinculação das receitas públicas no Orçamento Municipal, isto é, o percentual de recursos com destinação já definida. Por exemplo, 25% são obrigatoriamente para a educação; 15% para a saúde e 4,5% à Câmara Municipal (CMB), além das transferências Fundo a Fundo para à Assistência Social, e à Saúde e, ainda, para cobrir o déficit operacional das empresas públicas municipais.

Existe também vinculação para salário educação; convênios e operações de crédito; Compensação de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE); para os fundos municipais de Meio Ambiente, da Cultura e Ver-o-Sol,

assim como o repasse de 1,55% da receita corrente líquida (RCL) para atender as emendas impositivas dos vereadores aprovadas na Lei Orçamentária Anual.

Nos termos da obrigatoriedade constitucional da aplicação mínima de recursos na Educação e Saúde, nesta Proposta Orçamentária, o tesouro municipal direcionou valores das Receitas Resultantes de Impostos (RRI), no percentual de 25% para Educação e 23% à Saúde, garantindo a manutenção e expansão dos serviços nesses dois setores, além do pagamento do Piso Nacional da Enfermagem aos profissionais vinculados às unidades de saúde do município.

Senhoras e Senhores,

A Proposta Orçamentária de 2025, garante o prosseguimento das obras e serviços em execução, as quais deixarão Belém preparada para receber os milhares de representantes dos 193 países que vêm para a COP30 no próximo ano. Os recursos estão assegurados, por meio de convênios com o Governo Federal e com operações de crédito junto às instituições bancárias estatais e internacionais.

Paralelamente, e não menos importantes, garantimos recursos para a regularização fundiária do Projeto Terra da Gente, que reconhece o direito à moradia da população de baixa renda; para o auxílio ao enfrentamento à extrema pobreza por meio do Bora Belém; para capacitação profissional pelo projeto Donas de Si e incentivo ao empreendedorismo por meio do crédito solidário, reunidos nas ações do Banco do Povo de Belém/Fundo Ver-O-Sol.

Parabenizo, mais uma vez, esta Casa de Leis por ter aprovado os projetos oriundos do Executivo Municipal, os quais atendem às demandas prioritizadas e decididas pela maioria da população. Que essa parceria continue com base no diálogo e no respeito mútuo, considerando a interdependência dos Poderes Públicos, e a defesa maior dos interesses da população de nosso município.

EDMILSON BRITO Assinado de forma digital
RODRIGUES:090068262 por EDMILSON BRITO
00 RODRIGUES:09006826200

EDMILSON BRITO RODRIGUES
PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM